

Ata da 64ª Reunião Ordinária do CSP

Sala do Conselho da AEB, 27 de fevereiro de 2013

O Presidente, José Raimundo, iniciou a reunião dando boas vindas, agradecendo a presença de todos e submetendo à discussão e aprovação a Agenda da reunião (anexo 1). Uma vez aprovada a Agenda, submeteu à apreciação dos conselheiros a Ata da 63ª Reunião Ordinária, distribuída anteriormente, tendo a mesma sido devidamente aprovada.

Em seguida solicitou que fosse distribuído aos Conselheiros a versão bilíngue (português e inglês) do novo Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), correspondente ao decênio 2012-2021, trabalho este desenvolvido em colaboração estreita com o Conselho.

Dando sequência aos trabalhos, os Diretores da AEB, puseram-se a relatar os temas da Agenda relativos às suas áreas.

Política Espacial (2012-2021) – O Diretor de Política Espacial e Investimentos Estratégicos (DPEI), Petrônio Noronha de Souza, dissertou sobre a consolidação dos estudos realizados para a formalização do novo PNAE, enfatizando os seguintes pontos:

Diretrizes estratégicas: consolidar a indústria espacial brasileira; desenvolver programa de tecnologias críticas; ampliar parcerias com outros países; estimular o financiamento de programas calcados em parcerias públicas e/ou provadas; promover maior integração do sistema de governança das atividades espaciais no País; aperfeiçoar a legislação para dinamizar o desenvolvimento das atividades espaciais; fomentar a formação e capacitação de especialistas; e promover a conscientização da opinião pública sobre a relevância do setor espacial brasileiro.

Principais resultados esperados: desenvolvimento de missões nas áreas de observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e nas áreas científicas; desenvolvimento de veículos lançadores e de suas respectivas infraestruturas; promoção da inserção do país no mercado mundial de lançamentos de satélites; desenvolvimento e ampliação do domínio das tecnologias críticas de uso espacial; e desenvolvimento e consolidação de competências e capital humano para permitir a sustentabilidade do Programa. O Diretor Petrônio informou também que a execução do Programa Espacial Brasileiro (PEB), proposto no PNAE (2012-2021), requer um valor aproximado de R\$ 9,1 bilhões, observando que os valores previstos no PPA para o período 2012 – 2015 não cobrem todas as iniciativas propostas no novo PNAE para esse período. Isto se justifica, em parte, porque ações outras incluídas no novo PNAE deverão ser acompanhadas de aportes provenientes de outras fontes, tais como os Ministérios da Defesa, Comunicações, Educação e agências estatais e de fomento, tais como ANA, CNPq, CAPES, FINEP, BNDES. Além disso, propostas de complementação orçamentária deverão ser agregadas às sucessivas e respectivas LOA's. Em específico, citou contribuições ao orçamento provenientes da ANA para o desenvolvimento do Sistema de Satélites de Coleta de Dados Hidrometeorológicos (SCD-H), do Ministério das Comunicações, para o desenvolvimento dos satélites SGDC – 01 e 02, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação para completar o desenvolvimento da infraestrutura do Centro Espacial de Alcântara (CEA), previsto no acordo Brasil – Ucrânia e de outras fontes, para o desenvolvimento de infraestrutura básica comum às missões do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE). Destacou, também, alguns aspectos técnicos relevantes de alguns projetos de desenvolvimento de satélites nas áreas de comunicação, observação marítima e coleta de dados hidrometeorológicos.

Missões satelitais, tecnologias críticas e capacitação de recursos humanos

– O Diretor de Satélites, Aplicações e Desenvolvimento (DSAD), Carlos Alberto Gurgel Veras, apresentou um panorama geral sobre os recursos investidos na infraestrutura e

operação de missões espaciais, tecnologias críticas e desenvolvimento de capacitações, relacionados à sua área de atuação.

Principais destaques – A DSAD intensificou os procedimentos de acompanhamento da execução dos programas de satélites conduzidos pelo INPE, tais como CBERS – 03 e 04, Amazônia e Lattes. Destacou a importância da participação de empresas brasileiras no programa CBERS, apresentou detalhes sobre o andamento da Plataforma Multimissão (PMM), assim como dos satélites Lattes, Amazônia – 1 e SABIA-Mar e dos satélites de pequeno porte ITASAT e CONASAT. Sobre a infraestrutura laboratorial, foi destacado o apoio ao Laboratório de Integração e Testes (LIT), bem como ao Centro de Controle e Rastreamento de Satélites (CRC), do INPE. Destaques também couberam à introdução de um novo programa sobre domínio de tecnologias críticas e ao resgate do programa Microgravidade, este último com previsão de lançamento de editais de oportunidades para 2013, com recursos “restos a pagar” referentes a 2012. Com relação ao UNISPAÇO, observou que o mesmo tem sido direcionado à participação da academia com projetos específicos de desenvolvimento de novas tecnologias para o atendimento ao PEB. Com relação à capacitação de recursos humanos destacou a existência no Brasil de sete cursos de engenharia aeroespacial. Adiantou também que os coordenadores dos referidos cursos foram convidados a participar do comitê que irá trabalhar na definição dos novos projetos do UNISPAÇO. Ações voltadas à capacitação de recursos humanos tem sido desenvolvidas também por meio de incentivos à criação de novos cursos na área de engenharia espacial, referindo-se, em especial, a visitas às universidades UFC, UFRN, UFF e UFRS para tratar do assunto. As seguintes ações desenvolvidas em parceria com o CNPq foram anunciadas: lançamento do edital 33, com recursos de restos a pagar de 2012, a capacitação de 10 alunos de mestrado da UnB na Ucrânia e a negociação, em curso, com o CNPq para a utilização de 300 bolsas a serem utilizadas em 2013 e 2014, no âmbito do Ciência sem Fronteiras. Com a CAPES está sendo analisada proposta de instalação de cursos de especialização em educação espacial a serem oferecidos no ambiente da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Por último, salientou a continuação das atividades desenvolvidas pela AEB Escola, consideradas de grande importância, também como um sólido mecanismo para a disseminação do PEB.

Veículos lançadores e infraestrutura de lançamento – O diretor de Transporte Espacial e Licenciamento (DTEL), Nilo Andrade, relatou sobre os seguintes assuntos de sua área: lançadores, infraestrutura de lançamento e licenciamento, salientando a relação direta desses assuntos com o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), com o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), com o DCTA/IAE (Lançadores), com o DCTA/IFI e INPE (certificação e licenciamento). Sobre o CLA informou que alguns sistemas foram devidamente instalados, destacando o Radar Perfilador de Vento, o Sistema de Monitoramento de Emissões Eletromagnéticas e o Centro de Controle de Missão, além da Torre Móvel de Lançamento que se encontra instalada e devidamente qualificada. Discorreu também sobre o espaço denominado Centro Espacial de Alcântara (CEA), contendo o sítio de lançamento do VLS, com a possibilidade de instalação de mais uma plataforma de lançamento, o sítio de lançamento do Cyclone-4, assim como a área institucional da AEB. Informou que as obras de infraestrutura do sítio do Cyclone-4 encontram-se em andamento. Sobre os veículos lançadores, informou que foram lançados, a partir do CLA e CLBI, 28 foguetes de sondagem de responsabilidade do IAE. Para o período 2012-2015, estão planejados os ensaios do *Mockup* de integração das redes elétricas com a nova Torre Móvel de Integração (TMI), lançamento de dois voos tecnológicos do VLS-1 e do V04 e o desenvolvimento e lançamento de foguetes orbitais.

Execução Orçamentária-Financeira da AEB – O Diretor de Planejamento, Orçamento e Administração (DPOA), apresentou inicialmente um resumo da execução orçamentária da agência. Em seguida discorreu sobre o orçamento LOA 2012 indicando

os limites para empenho inicial, empenho final e o valor empenhado até o presente. Além disso, discorreu sobre o resumo financeiro informando sobre o valor programado, o recebido, o executado e o saldo e, em seguida, passou ao detalhamento dos referidos empenhos, como constante da apresentação disponibilizada. Em sua abordagem mais detalhada, discorreu sobre os principais contratos firmados pela AEB, a emissão dos empenhos 2012, a agilização da execução orçamentária, a distribuição célere dos TCDC's às unidades executoras, a evolução dos Restos a Pagar e sua evolução no período de 2007 a 2012. A questão dos recursos humanos da AEB foi também motivo de relato do Diretor que levou ao conhecimento de todos a decisão da Câmara Federal em aprovar o Projeto de Lei que cria o quadro próprio de servidores da agência. Esta decisão será agora submetida ao Senado e depois à homologação da Presidente da República, para então seguir ao Ministério do Planejamento que administrará o expediente relacionado ao concurso público a ser realizado. Lembrou que esses servidores farão parte da carreira de ciência e tecnologia.

Parcerias internacionais - O Assessor de Cooperação Internacional (ACI), José Monsserrat Filho, referenciando o PNAE, lembrou que o desenvolvimento de alguns instrumentos, tais como, empresas integradoras sólidas, como a recém criada Visiona, e a consolidação da nossa base industrial são elementos essenciais para o desenvolvimento de uma parceria internacional madura e eficiente. Citou também que elementos como esses servem de alicerce para a superação de barreiras que impedem a absorção de conhecimento em setores de tecnologias consideradas críticas ao desenvolvimento do PEB. Lembrou que o PEB precisa preocupar-se em desenvolver mais clientes dentro e fora do país, para aumentar a sua eficácia. Discorreu também sobre a oportunidade que a Visiona, fruto de associação entre Telebrás e Embraer, como integradora do primeiro satélite geoestacionário nacional, pode oferecer ao PEB, utilizando o contrato para aquisição do SGDC como alavanca para o processo de absorção e transferência de tecnologias. Outro fato importante é que o Brasil e a China decidiram durante a conferência da ONU, Rio + 20, chamar de Parceria Estratégica Global a cooperação entre os dois países, e estabelecer um Plano Decenal de Cooperação Espacial que será discutido e aprovado no âmbito da COSBAN. Utilizando-se do programa Ciência sem Fronteiras, a AEB e CNPq criaram uma linha especial para a formação de jovens brasileiros, de universidades e empresas, em outros países, assim como para a vinda de especialistas estrangeiros ao Brasil. Neste contexto foram convidadas as agências espaciais da Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Ucrânia e Rússia para constituírem uma ponte inicial permanente de cooperação. Outro fato importante acontecido em 2012 foi a instalação na UnB da estação de correção diferencial e monitoramento do Sistema de Navegação Global Glonass (Russo). Outros fatos, também, importantes foram a reativação do projeto SABIA-Mar, uma parceria com a Argentina e o projeto do satélite IBAS, em parceria com a África do Sul e Índia. Mencionou a realização de seminários sobre Cooperação Espacial com a Ucrânia e Japão. Finalizou informando que foi realizado o primeiro diálogo sobre Cooperação Espacial entre Brasil e Canadá.

Fundos Setoriais Aeronáutico e Espacial - O Presidente pediu permissão aos Conselheiros para que o Secretário do CT-Aero e CT-Espacial, Marlos Agostini, promovesse uma apresentação sobre os temas a fim de mantê-los bem informados sobre a importância e os novos encaminhamentos dos mesmos. O Secretário discorreu em sua exposição sobre a composição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), onde os Fundos Setoriais estão inseridos. Explicou que os fundos foram criados para aportar recursos com fluxo contínuo para o desenvolvimento científico e tecnológico no país. Os recursos são aportados no FNDCT de duas maneiras: vertical, com utilização regulada pelos comitês gestores; transversal, com utilização regulada e decidida por instâncias superiores aos comitês gestores. Informou, também,

que nem toda a receita dos fundos é aplicada no âmbito dos comitês, pois essas receitas tem compromissos pré-definidos com outras aplicações, tais como equalização, taxa de juros, organizações sociais do MCTI, subvenção econômica (operada pela FINEP) e operações de crédito. Em seguida falou sobre o surgimento dos fundos Aeronáutico e Espacial, seus objetivos, a origem dos recursos e as evoluções orçamentárias. Dando prosseguimento, apresentou exemplos de apoio em áreas estratégicas, tais como: Projeto CBERS; automação da montagem estrutural de aeronaves e outros da área de defesa.

Posse de novos membros do Conselho – empossados como membros titulares: José Augusto Vieira da Cunha de Menezes, representante do Comando da Marinha; Walter Bartels, com mandato de dois anos, representante do Setor Industrial. Empossados como membros suplentes: Carlos Antônio de Magalhães Kasemodel, representante do Comando da Aeronáutica; Carlos Renato de Melo Castro, representante do Ministério da Fazenda; Rodrigo Augusto Barbosa, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Paulo Afonso Vieira Júnior, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ariel Cecílio Garces Pares, representante do Ministério do Meio Ambiente.

Dando seguimento à pauta da reunião, o Presidente sugeriu que as próximas reuniões fossem realizadas nos Institutos executores do PEB, em São José dos Campos (INPE e DCTA), em Alcântara (CLA) e em Natal (CLBI). Após a devida concordância dos Conselheiros, a 65ª Reunião Ordinária do Conselho ficou agendada para junho em São José dos Campos/SP, com data a ser determinada e submetida aos Conselheiros posteriormente. O Presidente, agradecendo aos Conselheiros presentes, deu por encerrada a 64ª de Reunião Ordinária do Conselho.



José Raimundo Braga Coelho
Presidente

Ata aprovada pelos senhores Membros do Conselho Superior durante a 65ª Reunião Ordinária, ocorrida em 27 de junho de 2013.